

VIII COLÓQUIO MARX E ENGELS

PROLETARIZAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lorene Figueiredo

Professora UFF- GT: 8.

O texto é reflexão teórica sobre a proletarização do professor da educação básica. Apoiar-se nos autores e as fontes analisadas no doutorado recém-defendido sobre a modelagem, em serviço, do trabalhador flexível em educação. Analisamos a forma de apropriação do fundo público pelo empresariado e apresentamos duas categorias de análise para este fenômeno: apropriação de mais anti-valor e subsunção real espelhada. Pelos limites desta apresentação os planos de cargos e salários, a reforma do estado em três gerações não é analisada, mas tomadas como referências empíricas que corroboram nossa construção teórica.

Trabalho Flexível e Educação.

Analisando o processo de trabalho em Marx (2004) e da elaboração contemporânea com Brighton (apud Silva 1991) e Alves (2009) consideramos o Capital como relação social que expressa as formas de organização produção da existência. Afirma-se pela desigualdade e exploração fruto da expropriação dos trabalhadores assalariados, pela classe proprietária¹.

Modernamente se realiza pela ampliação da subsunção real. Incorpora crescentemente elementos científicos e racionaliza à produção; expropria o conhecimento e a organização do processo de trabalho dos produtores. O maior controle torna-se necessário tanto pela lei de acumulação e do mais valor, como para evitar a recomposição criativa na objetivação do trabalho elemento de manutenção da alienação.

As formas flexíveis de acumulação que predominam em nosso tempo histórico produziram um grande impacto na sociabilidade da classe trabalhadora. Para Alves (2009) a estrutura de autovalorização corresponde um complexo social que comporta os elementos superestruturais e o todo das relações sociais manifesta pela imposição da forma estranhada à humanidade. Para este autor e Mézáros (2006), a teoria de Marx comporta duas dimensões: a da exploração e a do estranhamento havendo um vínculo orgânico entre elas. Este elaboração nos permite superar o par dialético produtivo/improdutivo inserido na dimensão exclusiva da exploração. Esta indicação é importante para pensarmos o trabalho no setor do serviço público em geral e na educação em particular.

¹ O capitalismo combina, na acumulação ampliada, formas anteriores de exploração do trabalho. Assim sendo o trabalho escravo, o trabalho autônomo (como forma de precarização) e as diversas formas de opressão são combinadas e resultam em uma exploração ainda maior dos produtores na condição de trabalhador coletivo.

Com a incorporação da microeletrônica na produção níveis mais elevados de flexibilidade do capital foram alcançados. A flexibilidade, como conceito-forma de acumulação se estendeu sobre a força de trabalho e seus contratos, a legislação, a regulação social e sindical. O foco da reestruturação é o trabalho vivo para ampliar as possibilidades de acumulação, através da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, de seus produtos e padrões de consumo, regulando as etapas da valorização.

Para Valencia (2010) este movimento geral do capital implica em elevadas taxas de desemprego como componente estrutural e a ampliação das formas precárias de trabalho e de exclusão social que inclui a redução dos salários e direitos tanto nos países periféricos como centrais. As corporações transnacionais saem fortalecidas e aprofundam-se práticas imperialistas de dominação. A predominância da forma financeirizada de acumulação e a estrutura de estado que lhe dá suporte, o neoliberal, subvertem as condições de produção.

Todo este movimento traz implicações para as tarefas educativas. A Escola, na lógica hegemônica, deve educar para a forma flexível de produção da existência, garantir a reprodução da força de trabalho dentro de padrões de sociabilidade que atenda a produção e o consumo, adequando as formas culturais à esta violenta dinâmica de acumulação (mantendo a subjetividade restrita). Deve naturalizar a barbárie desta forma aguda de exploração. E esta forma sócio-metabólica se expressa a partir de fenômenos de fetichismo social e de estranhamento.

A Reforma do Estado inclui a reforma da educação pública trabalho docente está no centro dela. O trabalhador em educação deve ser moldado para garantir que a escola cumpra o papel de reprodução das formas de sociabilidade que interessam à acumulação na forma flexível-financeirizada. A escola pública é aquela que educa a ampla maioria daqueles que compõem a classe trabalhadora e se manifesta como espaço de disputa tanto para a reprodução como para a emancipação.

Para que haja maior controle dos empresários sobre a modelagem dos novos trabalhadores é necessário controlar o trabalho do professor; garantir que as condições gerais da produção no momento de realização do trabalho- a aula- não ultrapasse a medida de conhecimento que interessa fornecer a estes jovens. Torna-se necessária a deterioração dos meios, dos processos, o rebaixamento geral de salários (obtidos através de reformas constantes nas relações contratuais e planos de carreiras), ampliação da jornada e a formação continuada. A título de garantir boas práticas pedagógicas e reduzir o “tempo gasto” com teorias vem sendo remodelados os cursos de licenciatura.

O modelo de desenvolvimento reforça a posição subalterna do país e amplia a exportação de produtos de baixo valor agregado em associação às formas gerenciais toyotizada e uso ampliado da microeletrônica restringe postos de trabalho mais especializados na indústria e amplia as vagas do setor de serviços que, com a universalização da nova maquinaria, também exige nova qualificação.

Observamos, então, uma mudança no tipo de formação e de exigência feita à escola que “deve” moldar um trabalhador capaz de lidar com a completa flexibilização e precarização, quando não para a aceitação da exclusão. A escola tende a mudar o eixo da concepção de formação esvaziando o conjunto de conhecimentos científicos oferecidos e sua reorganização acentuando as tarefas educativas mais amplas².

Proletarização do Professor

Oliveira (2004, p.1131) corrobora nossa concepção ao observar que a Reforma Educacional na América Latina se apresenta como forma de gerir o trabalho e a educação na gestão ou disciplina também da pobreza. O impacto das reformas para os professores foi a sobrecarga de trabalho. A autora identifica várias atribuições que não são parte da formação do professor: agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo etc. Isso contribui para o sentimento de desprofissionalização e de perda da identidade profissional, posto que o ensino parece ser secundarizado.

A partir das reflexões da autora e de nossas fontes identificamos o aprofundamento da expropriação do docente também sobre a base imaterial do trabalho. Delineia-se uma atuação polivalente, um dos elementos do trabalho flexível, e a perda do sentido do trabalho, elemento de ampliação da alienação. A condição de proletariedade do professor se aprofunda. O trabalho docente compreende “a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente se amplia”. (Oliveira, 2004, p.1132).

Nos documentos oficiais a ampliação das tarefas surge como adesão às históricas reivindicações das lutas magisteriais como a democratização da escola e a autonomia. No entanto, os meios e os processos de trabalho estão rígida e previamente definidos pelas regulamentações das instâncias superiores em clara valorização das gerências e verticalização do trabalho, típicos dos mecanismos de controle, conforme Brighton (1991).

Segundo Oliveira (2004) o debate feito na década de oitenta em torno da profissionalização da docência já anunciava os elementos da proletarização. Segundo a autora a profissionalização seria uma saída defensiva dos trabalhadores da educação aos processos de perda de autonomia no seu trabalho e de desqualificação³.

Na concepção hegemônica da reorganização do trabalho o conceito que expressa modelagem do trabalhador é “Reconversão Profissional”. Segundo Rodrigues e Archar

² São expressões deste processo as mudanças na LDB, nos PNEs, PCNs e Planos Decenais, inicialmente. A fragmentação da oferta da formação através dos vários tipos e modalidades de escola existentes hoje denota a ampliação do controle que o capital logrou obter sobre a formação da mão de obra. Os constantes ajustes curriculares realizados através de programas como o “Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio” e o “Ensino Médio Inovador”, ambos do governo federal e ainda o “Reinventando o Ensino Médio”, este do governo de Minas Gerais e uma de nossas fontes documentais indicam esta direção. Nossa reflexão teórica está embasada nas formulações de Gramsci apud Figueiredo (2014, p.312).

³ Desta compreensão e da tentativa de se defender do aviltamento das condições de trabalho decorre o apelo que o fetiche da regulamentação consegue angariar nos setores menos politizados das categorias.

“Passa-se a exigir um trabalhador com características cognitivas e atitudinais muito diferentes para enfrentar as novas situações derivadas da flexibilidade (...) (1995)”. Quanto ao papel que a educação passa a desempenhar: “Nessa sequência, entra o papel da educação, de co-responsável pela formação desse novo perfil, adequado às novas exigências: não mais um trabalhador limitado e parcial da linha de produção cognitivamente vazia, mas o polivalente”(1995,p.121).

A reconversão integra a atualização da teoria do capital humano, assim como a empregabilidade, o empreendedorismo etc. É sinônimo de adaptabilidade da força de trabalho às demandas do capital. Remete-nos as várias formas de subsunção e inclui trabalhadores assalariados, informais, produtivos, improdutivos, trabalho material e imaterial, afirmação e alargamento da condição de proletariedade.

A educação em sua especificidade tende a apresentar as características gerais do trabalho sob o capitalismo e a incorporar as mudanças na base técnica e de sua organização, exigido que o docente se torne flexível. Pressupõe formas de exploração que se inserem nas mais variadas formas de apropriação do valor.

Para o pensamento hegemônico o novo perfil do trabalhador, que surge como “qualificado”, como portador de um lugar social e ocupacional, um “inserido” tem como requisitos e sinalizadores os seguintes elementos: desempenho qualitativa e cognitivamente mais elevados, conhecimentos mais seletivos, polivalência, comportamento autônomo e motivação consciente, saber lidar produtivamente com a informação, tecnologias, habilidades interpessoais e sócio-comunicativas, desempenho elevado. (Rodrigues e Archar, 1995, p.123).

Estes elementos estão colocados para o trabalhador em educação, presentes nos Planos de Carreiras cujos “novos” critérios para progressão estão vinculados às avaliações de desempenho. Seu “novo” arranjo implica na reorganização do tempo, dos espaços, da gestão, dos conteúdos, da formação dos docentes (Kuenzer, 2002). Este processo tornou-se evidente quando analisamos as três gerações do Choque de Gestão em Minas Gerais.

Shiroma e Evangelista (2008) identificam este movimento no campo da educação através da categoria hegemônica, “Reconversão Docente”. Com seus estudos, podemos afirmar que a estratégia de reconversão é a materialização da proletarização docente nos aspectos da precarização, nas diversas formas de subsunção, na acumulação/ expropriação do trabalhador tanto objetiva como subjetivamente.

Costa (2009, p.94) identifica que “é no processo de trabalho que se identifica a violência decorrente da alienação do professor; por isso mesmo é onde localizamos a materialidade do processo de proletarização”. A autora considera o empobrecimento do professor da educação básica, que identifico pelo sistemático achatamento salarial conseguido via constantes mudanças nos planos de cargos. O assalariamento associado à precarização profissional. Cumpre destacar que a precarização está presente tanto nas relações contratuais temporárias como estáveis nas alterações das condições de trabalho

(horas-aula e hora-atividade; extra-classe com ou sem remuneração), de carreira, condições de aposentadoria. A perda do controle sobre o processo de trabalho (deterioração de meios, de processos, de carreira, de salários, jornada, formação que dificultam a recomposição criativa do trabalho). A transformação da categoria em trabalhador coletivo e por fim, a caracterização do professor como produtor de mais valia.

No caso da rede pública esta contribuição se dá de maneira mediata. Costa recupera Marx e define o proletário como quem “é privado dos meios de produção, aquele que vive sem capital ou renda, apenas do trabalho e de um trabalho unilateral, abstrato.” (2009, p.95). Quanto ao professor da escola pública, a autora ressalta as funções que o aparelho de estado cumpre no processo de acumulação financeirizada: “O Estado capitalista opera cada vez mais, segundo a lógica privatista das empresas e , por isso mesmo, desenvolve relações de exploração capitalista sobre todos os trabalhadores a ele subordinados (Costa, 2009, p.96)”.

O Estado em resposta à crise de acumulação funciona de forma a permitir maior apropriação do fundo público pelo empresariado⁴. A exploração dos trabalhadores no setor público categorizamos como “exploração de mais anti-valor” por ser complementar à exploração da mais valia no espaço produtivo. É expropriação de direitos sociais convertidos em serviços e do servidor público que tem suas condições gerais de reprodução mais aviltadas. Categorizo esta expropriação como “subsunção real espelhada”. É a apropriação privada do bem público na parte que caberia ao trabalhador do setor e que reflete o processo realizado diretamente produção. É a face complementar tanto da acumulação quanto da universalização das formas de trabalho e sociabilidade capitalista.

No espaço escolar público, o professor não detém o controle direto sobre os meios de trabalho e nem da organização sobre o processo de trabalho. O trabalho docente mantém as características imanentes do processo de trabalho capitalista: a divisão entre o controle hierárquico e a execução, a fragmentação e a “desqualificação”.

O espaço de liberdade presente na recomposição criativa que é a realização da aula, objetivação do trabalho do professor na relação com os alunos, está mais restrito e controlado, pautado por avaliações de desempenho individual, avaliações de larga escala, por critérios externos que “auferem” uma suposta qualidade. Na aula, professor e aluno partilham formas de conhecer e constroem uma visão de mundo. Se houver muita autonomia pode ser construída de uma ideologia que coloque em cheque a estrutura de dominação. Portanto, interessa ao empresariado garantir a direção ético-política deste processo e dos resultados: da modelagem dos futuros trabalhadores e que o trabalho docente possa ser controlado, dosado, na justa medida dos interesses da acumulação.

As formas usadas para obter o controle sobre a objetivação do trabalho docente se completam pela deterioração das condições gerais de infraestrutura e sua reorganização a partir do mérito e do “desempenho”, pela ampliação do controle

⁴ Fundo público discutido nos moldes de Oliveira (1998).

hierárquico burocrático sobre o trabalho, sobre o processo ao esvaziar os conteúdos considerados nucleares, ampliar horizontalmente a oferta de conhecimentos reduzidos à informação, a descaracterização do espaço escolar e da “aula” esvaziando-os do seu sentido clássico⁵.

O controle também se exerce na formação continuada feita concomitante à expropriação dos meios materiais, em especial o salário, que garantiriam a aquisição de livros e cursos de livre escolha do professor. Estes são oferecidos através de formação à distância ou em cursos de capacitação em concepção restrita de formação, fragmentada, restringindo as possibilidades de elaboração intelectual do professor. O aviltamento salarial leva também a extensão da jornada, exaurindo a capacidade de trabalho e sua recomposição criativa. Esta condição favorece a adoção de concepções pedagógicas reprodutivistas, as pedagogias do aprender a aprender, como o neoescolanovismo, neotecnicismo, neoconstrutivismo, competências, do ensino apostilado. (Duarte, 2000 e Saviani, 2008).

Todos estes elementos indicam a ampliação geral e horizontal do trabalho docente, associado a uma descaracterização de suas funções clássicas e ao esvaziamento dos conteúdos nucleares do currículo. A desqualificação do processo de trabalho na educação que acaba por ser desenhada neste movimento geral, apesar de fenomenicamente parecer o contrário, dadas as exigências de certificação. Materializa-se pela deterioração dos meios, pelo controle dos processos, pela intensificação da exploração do trabalho e pela restrição da formação/ qualificação profissional. Esta é a expressão do avanço da proletarização pela qual passa esta fração da classe trabalhadora.

Referências

ALVES, Giovanni. *A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global*. São Paulo, Práxis, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação geral do Ensino Médio. Programa ensino médio inovador: documento orientador. 2013.

BRIGHTON LABOR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: SILVA, T.T. (org) *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

COSTA, Aurea; FERNANDES NETO, Edgar; SOUZA, Gilberto. *A Proletarização do Professor. Neoliberalismo na Educação*. SP, Ed. Sanderman, 2008.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o “Aprender a Aprender”*. Campinas. Autores Associados. 2000.

EVANGELISTA, O e SHIROMA, E Otto. *Redes para reconversão Docente. Política, educação e Cultura*. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação, PR, EDUNIOESTE, 2008.

⁵ Neste caso foram pesquisadas as alterações no ensino médio de Minas Gerais sendo nossas fontes o Projeto Escolas-Referência, O Novo Currículo Básico Comum e o principal deles, o Reinventando o Ensino Médio, sendo este resultado de adesão à proposta do governo federal “Ensino Médio Inovador” como o é a ampla maioria dos projetos estruturantes das sucessivas gerações do Choque de Gestão.

FIGUEIREDO, Lorene. *Trabalho Flexível na Educação e reconversão Docente: um estudo a partir das reformas de Minas Gerais*. 2014. Tese (Doutorado em Política Pública). PPFH/UERJ.

KUENZER, Acácia Zeneida. Inclusão Excludente e Exclusão Includente. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*, Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002.

MARX, K. Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. In: *O Capital*, Livro I, Volume 1. RJ, Civilização Brasileira, 2004.

MÉZÀROS, Istvan. *A Teoria da Alienação em Marx*. SP, Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Audrey Regina Carvalho. *Novo ensino médio (reinventando o ensino médio)* superintendente de desenvolvimento do ensino médio. 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As Reformas Educacionais e suas Repercussões sobre o Trabalho Docente. Em: *Reformas Educacionais e suas repercussões sobre o Trabalho Docente*. BH, Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor In: *Os Direitos do Antivalor, a Economia Política da Hegemonia Imperfeita*, RJ, Vozes, 1998.

RODRIGUES, José Luiz. ACHCAR. Inês. *Reconversão Profissional: conceitos e propostas*. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

SAVIANNI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2008.

VALENCIA. Adrián Sotelo. Toyotismo, automatização Flexível e Superexploração do Trabalho na América Latina. Em: *Revista da Praia Vermelha*. Vol. 20. Nº2. 2010.
Endereço: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/165>.
Acesso em 10/05/ 2011.

VILHENA, R.; MARTINS, H.F.; MARINI, C.; GUIMARÃES, T.B. (ORG). *O choque de gestão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.